

— RESULTADOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO —
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG 2024-2027 – EXERCÍCIO 2025

Tema/assunto: Meio Ambiente (PLE nº 85, 100, 102, 108, 134 /2024)

Proponentes: () - Adelço Clarindo de Souza, () - Afonso Pelli, () - Alaide Lopes de Barros Oliveira, () - Alexandre Souza Burque, () - Amani Chironda, () - Ana Dias da Silva, () - Antônio Afonso de Oliveira, () - Ataídes Vieira, () - Bárbara de Paula Leite, () - Carine Alves Dias, () - Carine Alves Dias, () - Carine Alves Dias, () - Cecília Aparecida do Carmo, () - Claudeci Pereira Lina, () - Claudeci Pereira Lina, () - Cleide Aparecida Santos Oliveira, () - Danylo Jarbas Soares de Oliveira, () - Daudet de Oliveira Junior, () - Edeilde Machado Leal, () - Edmilson Calista de Almeida, () - Edvania Paulo Silva, () - Emilene Rodrigues de Souza Pereira, () - Erik Guilherme de Souza, () - Fernando Souza Santos, () - Filipe Ferreira Vaz, () - Frances Kelly Aparecida Moreira, () - Francisco Wander da Silva, () - Geralda Eliane de Sousa, () - Gilmar Barbosa, () - Gilvaney Jackson da Silva Oliveira, () - Grazielle Carolina da Cunha, () - Helena Cristina de Souza Paula, () - Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes, () - Ilda Aparecida Peirra Guendes, () - Ilda Aparecida Peirra Guendes, () - João Batista da Silva, () - José Aídson Alves Rodrigues, () - José Jumidai de Farias, () - José Leandro de Freitas, () - José Maurício Gonçalves, () - José Naldo Anastácio Ribeiro, () - Jose Roberto Gomes, () - Ladislandia Rodrigues de Andrade, () - Leidiane Aparecida Duarte, () - Marcos Alexsander Arruda Campos, () - Marcos Gobira Damasceno, () - Maria Aparecida dos Santos, () - Maria do Rosário Oliveira Costa, () - Maria Emilia Lopes de Barros, () - Maria José Lúcia Pereira, () - Maria Rosa Lúcia Pereira, () - Marlete Ribeiro Silva, () - Maurilio Salgado Santos, () - Milton de Campos Silva, () - Nayara A. Fernandes Magalhães, () - Neuler Fernandes Pereira, () - Onofra Ferreira dos Santos, () - Ramon Rodrigo Teixeira Oliveira, () - Regina Sélia de Andrade, () - Robélia Maria de Jesus Gomes, () - Rodrigo Martins Souza e Silva, () - Rogério Delamare Coutinho Ruas, () - Ronei Pereira da Silva, () - Rubiany Rodrigues Barbosa, () - Sebastião Fortunato de Faria Filho, () - Simone de Sá Neves, () - Suely Maria Martins Freitas, () - Tarcísio Petter Luiz Franco, () - Thayná Aparecida Oliveira Almeida, () - Valnei Caetano Nunes, () - Vanuza Gonçalves Dias, () - Wesley Pereira dos Santos, Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Uru (Arinos) - José Idelbrando Ferreira de Souza, Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Uru (Arinos) - Paulo Luiz Queiroz de Andrade, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Adonias Martins de Souza, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) - João Mauro Bernardo, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) - José Rogério Viana Prates, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Luiz Roberto Andrade Santos, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Rosimere Pereira Lima, Assoc. dos Agricultores Familiares dos Piaus e Adjacências (Coluna) - Shirley Lúcia Salema Almeida Gomes, Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer (Teófilo Otôni) - Fabiane Pereira Vargens Gobira, Associação Artesanal e Social do Norte de Minas (Montes Claros) - Geraldo Elcio do Socorro, Associação Beneficente de Itaporé (Coronel Murta) - Silvano Alves dos Santos, Associação Comunitária Cultural Social Ambiental Desportiva



(Quartel Geral) - Fabiana de Oliveira Gama, Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz (Catuji) - João Lopes dos Santos Neto, Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz (Catuji) - José Marlon Lopes Sobrinho, Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz (Catuji) - Maria Íris dos Santos Ferreira, Associação Comunitária de Marambainha (Carai) - Ivanilva Lopes Silva, Associação Comunitária de Marambainha (Carai) - Nilson Fernandes de Sousa, Associação Comunitária de Pedra Menina (Rio Vermelho) - Ciro Roberto Viana, Associação Comunitária de Pedra Menina (Rio Vermelho) - José Arlindo Pereira, Associação Comunitária de Tabocal (Glaucilândia) - Simarly Moreira Faria Santos, Associação Comunitária do Município de Medina Ascomed (Medina) - Leandro Muniz Botelho, Associação Comunitária Lagoa de Santo Antônio (Pedro Leopoldo) - Conceicao Lima Lopes, Associação da Criança e do Adolescente (Itaobim) - Carlos Alberto Pinheiro Carmona, Associação das Mulheres Unidas por Capelinha (Capelinha) - Maria Rosa dos Santos, Associação das Mulheres Unidas por Capelinha (Capelinha) - Maria Vanda Alves Pereira, Associação de Amigos e Desportistas de Roseiral (Mutum) - Diomar Costa Dutra, Associação de Artesãos (Senador Modestino Gonçalves) - Marinete Vaz Neves, Associação de Artesãos de Itamarandiba (Itamarandiba) - Franciele Aparecida Moreira, Associação de Artesãos de Itamarandiba (Itamarandiba) - Maria Aparecida Alves dos Santos, Associação de Moradores do Bairro Cidade Jardim (Itamarandiba) - Jessica Gonçalves Da Cruz Oliveira, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE (Itamarandiba) - Ianne Carvalho Nobre Moraes, Associação Desportiva Portuguesa (Itamarandiba) - Jhonatan Fernandes de Oliveira, Associação do Campo das Flores (Senador Modestino Gonçalves) - Dermeval Moreira de Souza, Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas (Porteirinha) - Maria Assis Santos Silva, Associação dos Agricultores Familiares (Antônio Prado de Minas) - Jadilson Antônio de Paula, Associação dos Apicultores de Porteirinha (Porteirinha) - Maurício Ribeiro Dos Santos, Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Maca (Caratinga) - Ana Karini Marinho Costa Martins, Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Maca (Caratinga) - Vicente de Paula Martins, Associação dos Produtores de Mel e Derivados do Município de Jequitinhonha) - Farley Moreira de Jesus, Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal (Tarumirim) - Dayone Cezar Rocha Miranda, Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal (Tarumirim) - José César de Miranda, Associação Mantenedora dos Animais (Guaranésia) - Giovana Aparecida Ribeiro Dias, Associação Mantenedora dos Animais (Guaranésia) - Jessica Cristina Rodrigues, Associação Mantenedora dos Animais (Guaranésia) - Rafael Moreira da Silva, Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca (São Francisco) - Bruna Adrielle Nunes Barbosa, Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca (São Francisco) - Janete Cardoso dos Santos, Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim) - Leilany Batista Cardoso, Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí) - Danilo Marinho Lamêgo Borges, Câmara Municipal de Bocaiúva (Bocaiúva) - Antônio Roberto da Silva, Câmara Municipal de Camanducaia (Camanducaia) - Rivaildo Benedito De Souza Santos, Câmara Municipal de Jaíba (Jaíba) - Leiliane Pereira dos Santos Soares, Câmara Municipal de Jaíba (Jaíba) - Reginaldo Ferreira de Oliveira, Câmara Municipal de Japonvar (Japonvar) - Adenilson Ferreira de Aquino, Câmara Municipal de Josenópolis (Josenópolis) - Carlos Teixeira Batista, Câmara Municipal de Josenópolis (Josenópolis) - José Nilson Fidelis Pereira, Câmara Municipal de Josenópolis (Josenópolis) - Silvana Fagundes e Andrade, Câmara Municipal de Luislândia (Luislândia) - Ênio da Paixão Ferreira da Cruz, Câmara



Municipal de Luislândia (Luislândia) - Patrícia Junia Ribeiro, Câmara Municipal de Medina (Medina) - Marcio Pereira Silva, Câmara Municipal de Pouso Alegre (Pouso Alegre) - Helio Carlos de Oliveira, Carambola Filmes (Araçuaí) - Joseph Coelho Rodrigues, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (Montes Claros) - Thiago Salles Teixeira, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina) - Juliano Gonçalves Freire, Centro de Referência de Assistência Social Cras Fazendinha (Itamarandiba) - Maria do Socorro Lima Oliveira, Centro Educativo e Social de Guaranésia (Guaranésia) - Renata Castro Dias de Souza, Companhia de Teatro Ícaros do Vale (Araçuaí) - Jorge Yago dos Santos Nogueira, Comunidade Beira Rio (Almenara) - Maria Rosa Jané I Pujol, Conferência São Vicente de Paulo (Guaranésia) - Luciana Aparecida Vieira, Conselho Central de Varginha da SSVP (Varginha) - Daniela Silva Alfredo Costa, Conselho Metropolitano de Pouso Alegre (Varginha) - Roselange dos Santos Galdino, Conselho Tutelar (Itaobim) - Raony Lopes Dias, Coop. dos Agri. Familiares e Economia Solidária de Carbonita (Carbonita) - José Maria Ribeiro, Cooperativa da Agr. Familiar Solidaria de Divino e Orizânia (Divino) - Andre Luiz Cazute da Costa, Cooperativa dos Agricultores Familiares de Diamantina (Diamantina) - Robson Gustavo Borges, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (Itaobim) - Rafael Soares Almeida, Economia Solidária do Médio Jequitinhonha (Araçuaí) - Maria Martinha Pereira dos Santos, Escola Estadual Orlando Tavares (Caraí) - Josane Batista Soares, Fed.dos Trabalhadores na Agricul. do Est. de MG-FETAEMG(Almenara) - Marcelo Pereira de Jesus, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais Fetaemg (Belo Horizonte) - Ediran Pereira, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Est. de Minas (Ladainha) - Adriana Dias Almeida, Fundação Dirce Figueiredo (Matozinhos) - Alisson Correia Dias, Fundação Educacional Professor José Gonela (Guaxupé) - Artur Fernandes Gonçalves Filho, Fundação Nacional de Saúde (Catuji) - Eronides Pereira Duarte, Grupo de Ação em Saúde Animal (Pouso Alegre) - Guilherme Soares Pereira, Inst. Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Idene (Jequitinhonha) - João Batista dos Santos, Inst. Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas (Pouso Alegre) - Alexandre Thome Da Silva De Almeida, Instituto Artístico Viola dos Gerais (Janaúba) - Nilson Pereira de Souza, Instituto Cultural Raizes (Salto da Divisa) - Renato Paranhos dos Santos, Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé (Montes Claros) - Magno Newton Luiz Franco, Instituto Escola Viva (Carmo da Cachoeira) - Eduardo Perillo, Instituto Estadual de Floresta (Itamarandiba) - Wanderlei Pimenta Lopes, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Almenara) - Josivaldo da Silva, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Felisburgo) - Maria Gomes dos Santos, Paulinho Aguiar Promoções (Conceição da Aparecida) - Paulo Cesar de Aguiar, Polícia Civil de Minas Gerais (Pedra Azul) - Thiago de Carvalho Passos, Prefeitura Municipal de Caraí (Caraí) - Wesley Jose Miranda De Paula, Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida (Conceição da Aparecida) - Cleber Clauson Oliveira Pedreira, Prefeitura Municipal de Dom Cavati (Dom Cavati) - Nayara Martins Faria, Prefeitura Municipal de Dom Cavati (Dom Cavati) - Vander José Correa, Prefeitura Municipal de Francisco Dumont (Francisco Dumont) - Bárbara Poliana Duarte Fonseca, Prefeitura Municipal de Francisco Dumont (Francisco Dumont) - João Medeiros Neves, Prefeitura Municipal de Ipaba (Ipaba) - Raimundo Batista Santos, Prefeitura Municipal de Itamarandiba (Itamarandiba) - Bruna Cristina dos Santos, Prefeitura Municipal de Itamarandiba (Itamarandiba) - Danilo correia Santos, Prefeitura Municipal de Itamarandiba (Itamarandiba) - Gabriel Ferreira Santos, Prefeitura Municipal de Itamarandiba (Itamarandiba) - Gabriella Gandra Bié Costa, Prefeitura Municipal



de Itamarandiba (Itamarandiba) - Janaina Fernandes Pereira, Prefeitura Municipal de Itamarandiba (Itamarandiba) - José da Silva alves, Prefeitura Municipal de Itamarandiba (Itamarandiba) - Jose Paulo Alves Fernandes, Prefeitura Municipal de Itamarandiba (Itamarandiba) - Juciele Rodrigues Costa, Prefeitura Municipal de Itamarandiba (Itamarandiba) - Thatiane Aparecida Evangelista, Prefeitura Municipal de Senador Modestino Gonçalves (Senador Modestino Gonçalves) - José Geraldo Neves, Prefeitura Municipal de Ubaporanga (Ubaporanga) - João Victor Ovidio de Souza, Rede de Tecnologia Agro Ambiental Esperança (Boa Esperança) - Cláudio Lúcio da Silva, Rede Leste de Bancos de Alimentos (Piedade de Caratinga) - João Paulo de Paiva Ramos, Redesol (Belo Horizonte) - Ivaneide da Silva Souza, Secretaria de Cultura (Itamarandiba) - Andreia silva Alves, Secretaria Municipal de Agricultura (Caraí) - Marileno Rodrigues Alves, Secretaria Municipal de Agricultura (São Sebastião do Anta) - João Batista Venancio, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (Manhuaçu) - Sandro de Souza Tavares, Secretaria Municipal de Assistência Social (Itaobim) - Glêcia Silva Santos, Secretaria Municipal de Educação (Caraí) - Carlos Antônio Sena Lopes, Secretaria Municipal de Educação (Itamarandiba) - katia Victoria Lima, Secretaria Municipal de Esporte e Cultura (Itaobim) - Ayann Neres Mota, Sind. Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Almenara (Almenara) - Evany Andrade do Nascimento, Sind. Único dos Trabalhadores em Educação de MG-Sind UTE (Janaúba) - Gilvanita Alves Serpa Dantas, Sindicato dos Agricultores Familiares de Januária (Januária) - Edmar Araújo Cravo, Sindicato dos Produtores Rurais de Brasília de Minas (Brasília de Minas) - Vera Lúcia Gonçalves Dias Moreira, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura F (Simonésia) - Juvercilio Vieira Trindade, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Ponto dos Volantes) - José Lourenço Ribeiro Santos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Pajeú (Cachoeira de Pajeú) - Maria Vanda Da Costa Pardinho, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tarumirim (Tarumirim) - Jose Geraldo Margues, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia (Varzelândia) - Vania Renee Almeida, Sindicato dos Trabalhadores Rurais Itaobim (Itaobim) - Ananias Teixeira Batista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais Itaobim (Itaobim) - Vilma Alves Caldeira, Sociedade Santo Antônio de Pádua (Guaranésia) - Maria Fernanda Coelho Domingos, UFVJM Campus Avançado do Mucuri (Teófilo Otôni) - Leonel de Oliveira Pinheiro, UFVJM Campus Avançado do Mucuri (Teófilo Otôni) - Priscila Barbosa dos Santos, Unicafe MG (Carangola) - Iara Laia Ellis, Unicafe MG (Carangola) - Paulo Cesar Gomes Amorim Junior, Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Ibirité (Ibirité) - Cristiana Marques Fernandes, Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Ibirité (Ibirité) - Fernanda Moreira Izidoro Silva.



Requerimentos – Pedidos de Providências ou de Informações

PLE/ 2024	Requerimento (número)	Destinatário	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta até dez/2025
100	RQN 9.363/2024	SEMAD	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie a ONG Voluntários da Pata, de Pouso Alegre, com a aquisição de equipamentos para coleta de tampinhas de plástico, além de um veículo para recolhê-las periodicamente nos pontos comerciais do referido município.	Esclareceu-se que as tampinhas estão sujeitas à logística reversa, cuja responsabilidade de implementação é atribuída aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos embalados que alcançam o consumidor final. Assim, explicou-se que não é possível ao Estado arcar com um ônus de investimento em um sistema que é de responsabilidade da iniciativa privada. Sugeriu-se que a ONG busque realizar parceria com Entidades Gestoras de Logística Reversa de Embalagens em Geral, visando investimento em seu processo. A lista de entidades gestoras de Sistemas de Logística Reversa de Embalagens e Geral pode ser acessada no link: https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/embalagens-em-geral . A equipe da Semad se colocou à disposição para auxiliar a ONG em dúvidas que surgirem.
100	RQN 9.362/2024	SEMAD	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para apoiar os catadores da Associação Preservando o Meio Ambiente, de Conceição dos Ouros, e fomentar ações de reciclagem dos resíduos sólidos no referido município.	O Centro Mineiro de Referência em Resíduo – CMRR –, informa que tem desenvolvido estratégias para fortalecer o trabalho dos catadores de materiais recicláveis em Minas Gerais e fomentar a implementação da coleta seletiva nos municípios. Um exemplo dessa atuação é o Programa Bolsa Reciclagem. Além disso, relata que estão buscando viabilizar



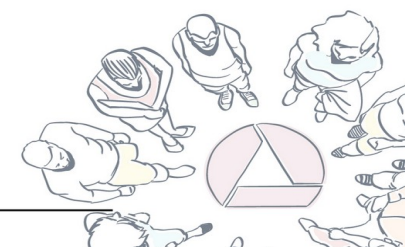
				<p>(planejamento e captação de recursos) seminários, trocas de experiências, capacitações voltadas tanto aos catadores quanto aos gestores públicos, bem como outras iniciativas alinhadas às suas competências legais e que possam contribuir para a implementação da coleta seletiva.</p> <p>Por sua vez, a Diretoria de Resíduos Urbanos, atua em apoio aos municípios. São desenvolvidas ações diversificadas, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - celebração de convênios com municípios e consórcios públicos para repasse de recursos financeiros a serem aplicados na gestão dos RSU; - incentivo à formalização de consórcios públicos intermunicipais para a gestão compartilhada dos RSU, possibilitando maior viabilidade técnica e econômico-financeira na gestão dos RSU; <p>Assim, informa que os consórcios públicos e os municípios interessados podem buscar a Semad para a celebração de Termo de Cooperação Técnica (TCT), visando promover articuladamente ações conjuntas para o avanço na gestão adequada dos RSU. Também é possível obter recursos adicionais através do MMA, Funasa, Caixa, BNDES ou outros órgãos que venham a publicar editais voltados para a área de resíduos sólidos ou saneamento básico. Emendas parlamentares também podem ser fontes de recursos adicionais.</p> <p>Por fim, informa que está aberto o Edital de chamamento público SQA nº1/2024, do MMA/Secretaria Nacional de</p>
--	--	--	--	---



				<p>Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, para promover a seleção de projetos para a melhoria da gestão de resíduos sólidos a serem executados por Consórcios Públicos Municipais situados no estado de Minas Gerais. Para maiores informações sobre o chamamento e edital, acesse: https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-de-chamamento-publico-sqa-n-1/2024-601237544.</p>
100	RQN 9.361/2024	SEMAD	<p>Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4258 – Apoio à Implementação de Infraestruturas e/ou Projetos para os Serviços de Saneamento Básico, analise a viabilidade de apoiar a instalação de ecobarreiras nos cursos d'água dos Municípios de Boa Esperança, Santa Rita do Sapucaí e Carmo da Cachoeira, de forma a possibilitar a coleta de resíduos sólidos que são descartados de forma irregular nesses cursos d'água, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para o trabalho dos catadores de materiais recicláveis.</p>	<p>Em sua resposta, a Semad informa que analisou e apresentou contribuições ao Projeto de Lei nº 2391/2024, que está em tramitação na ALMG e que institui o sistema de ecobarreiras no Estado de Minas Gerais para a contenção de resíduos flutuantes na rede de drenagem. A Secretaria pontua que este projeto prevê que os locais de instalação das ecobarreiras, bem como as diretrizes técnicas para a composição de suas estruturas físicas, devam ser previamente avaliados e aprovados pelo órgão competente. Assim, a Semad sugere que a Comissão de Participação Popular acompanhe a tramitação da referida proposição.</p>
100	RQN 9.359/2024	Assemae	<p>Requer seja encaminhado à Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – Assemae – pedido de providências para que recomende a seus associados a implementação de melhorias e a modernização das estruturas de captação e tratamento de água nos municípios</p>	<p>Sem resposta até 10/12/2025</p>



			atendidos por serviços autônomos de água e esgoto – Saaes – localizados ao longo da calha do Rio Doce.	
100	RQN 9.358/2024	COPASA	Requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a implementação de melhorias e modernização das estruturas de captação e tratamento de água nos municípios de sua concessão, localizados ao longo da calha do Rio Doce.	Em resposta, a Copasa esclareceu que utiliza nas unidades de captação e tratamento de água ao longo da calha do rio Doce tecnologias empregadas mundialmente para clarificação, purificação e potabilização da água. Informou que o manancial tem classificação Classe 2, conforme parâmetros da Resolução Conama 357/2005, portanto, a tecnologia utilizada nas Estações de Tratamento de Água é de Ciclo Completo (convencional), e que está adequada e atendendo os parâmetros legais. Salientou que a água distribuída nas localidades que captam a água do Doce possui rigoroso controle de qualidade e atende aos padrões de potabilidade da Portaria GM/MS 888, de 2021. Além disso, explicou que todas as informações sobre a qualidade da água são encaminhadas mensalmente para as Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios, por meio do Sisagua e para o banco de dados DATASUS, sendo publicados anualmente pelo Ministério da Saúde do SNIS. Por fim, informou que investimentos nas captações de água nos municípios ao longo da calha do Rio Doce estão cobertos pela Reparação Rio Doce da Fundação Renova, conforme acordos firmados com os órgãos representativos, bem como no Novo Acordo de Mariana, homologado pelo STF em 06/11/2024.
100	RQN	SEMAD	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado	Por meio de ofício datado de 25/2/2025, a Semad



	9.357/2024		de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a implantação de um entreposto destinado a receber resíduos sólidos recicláveis de forma temporária, em Belo Horizonte, de modo que comercialização possa ser feita diretamente entre as associações e cooperativas de catadores e as indústrias recicladoras, evitando-se os atravessadores.	<p>encaminhou manifestação de sua Subsecretaria de Saneamento. Esta esclareceu que, embora não disponha de competência legal para implantar o entreposto solicitado, atua para fortalecer o trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Estado. Entre as ações desenvolvidas nesse sentido, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a aprovação da DN Copam nº 249, que impôs às empresas responsáveis pela implementação da logística reversa a obrigação de priorizar a recuperação de materiais oriundos dos catadores; – a divulgação da lista das organizações de catadores que atuam no Estado para que as empresas possam buscar as parcerias diretamente com essas organizações; - o apoio à formalização das redes de catadores; - as estratégias desenvolvidas pelo Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR); – a execução do Programa Bolsa Reciclagem.
100	RQN 9.355/2024	SEMAD	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja acrescentado, na meta financeira da Ação 4044 – Bolsa Reciclagem, o montante de R\$4.000.000,00 por ano, a fim de se ampliar o valor da bolsa paga aos catadores e aumentar o número de cooperativas e associações contempladas e, conseqüentemente, a renda dos	Em sua resposta, a Semad esclarece que em 2025 o orçamento anual previsto para o Bolsa Reciclagem é de R\$ 3,5 milhões e que o acréscimo de R\$ 4,0 milhões representaria um incremento de 115% em relação aos anos anteriores. Informa ainda, que o orçamento do programa será corrigido anualmente para compensar perdas inflacionárias. Por outro lado, a Semad pontua que caso haja interesse em um aporte adicional por meio de emendas parlamentares está disponível para a execução do Programa



			catadores e a capacidade de recuperação de resíduos em 25.000 toneladas.	Bolsa Reciclagem, bem como para oferecer orientações às cooperativas e para viabilizar os repasses.
100	RQN 9.354/2024	COPASA	Requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que implante o tratamento de esgoto nos Distritos de Macuco de Minas e Rosário do Rio Grande, no Município de Itumirim.	Em resposta, a Copasa esclareceu que está impossibilitada de atender à solicitação de implantação do sistema de tratamento de esgoto dos distritos de Macuco de Minas e Rosário do Rio Grande. Isso porque detém apenas a concessão para prestação dos serviços de abastecimento de água da sede do município de Itumirim, conforme contrato de concessão nº 583935, celebrado em 1997. Assim, explicou que, nos termos da Lei Federal nº 14026/2020, a delegação de novos serviços, cujo objeto não consta no contrato vigente, demanda processo licitatório.
100	RQN 9.352/2024	SEMAD	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam apoiadas ações efetivas que promovam a melhoria da disposição dos resíduos sólidos em aterros sanitários, a erradicação dos lixões e o incentivo à coleta seletiva em todos os municípios do Estado, de forma a se evitarem a poluição ambiental e a disseminação de doenças.	No Estado de Minas Gerais, atualmente 515 municípios destinam seus rejeitos para aterros sanitários e/ou unidades de triagem e compostagem regularizados e 70,74% da população do estado sendo atendida por empreendimentos de destinação de RSU regularizados. A Semad informou que, com relação à gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), atua em apoio aos municípios no âmbito de suas competências e atribuições, e listou as atividades que desenvolve. Dentre essas atividades cabe destacar o processamento e atualização de banco de dados de RSU, culminando na publicação anual do “Panorama dos RSU de MG” que se encontra disponível em: < https://meioambiente.mg.gov.br/res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos



				<p>Ainda sobre a correta gestão e disposição dos resíduos sólidos e erradicação dos lixões, a SEMAD vem trabalhando junto aos consórcios públicos e municípios interessados através da celebração de Termo de Cooperação Técnica (TCT), visando promover articuladamente ações conjuntas para o avanço na gestão adequada dos RSU. Além disso, destacou chamadas públicas para seleção de municípios e consórcios para recebimento de projetos de estruturação e ressaltou ser possível obter recursos adicionais através do MMA, FUNASA, CAIXA, BNDES ou outros órgãos que venham a publicar editais voltados para a área de resíduos sólidos ou saneamento básico, além da possibilidade de alocação de recursos por meio de emendas parlamentares. A Semad relatou, ainda que, caso os municípios tenham a intenção de compor o banco de projetos da Subsecretaria de Saneamento, para eventuais possibilidades de aporte de recursos que possam vir a ocorrer, devem enviar proposta com o projeto escrito.</p> <p>Por fim, ressaltou que a Superintendência de Resíduos Sólidos está construindo uma estratégia estadual para o encerramento dos lixões e gestão adequada de RSU. Esta estratégia está sendo construída com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e será lançada em breve, e em ato contínuo os municípios que ainda dispõe seus resíduos em lixões, terão um prazo derradeiro para comprovação da regularização desta situação, a partir da destinação adequada dos resíduos com a inclusão social dos catadores</p>
--	--	--	--	---



				de materiais recicláveis, implantação da coleta seletiva, instituição dos mecanismos que garantam a sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços de manejo de RSU, e a devida regulação da prestação dos serviços. Atualmente ela abrange 3 eixos principais: i) inserção social dos catadores atuando em lixões; ii) fortalecimento da coleta seletiva e reciclagem, com inclusão de catadores de materiais recicláveis e encerramento da disposição dos RSU em lixões.
100	RQN 9.351/2024	Prefeitura Municipal de Uberaba e Codau	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Uberaba e à Companhia Operacional de Desenvolvimento, Saneamento e Ações Urbanas – Codau – pedido de informações acerca da retomada das obras da Barragem da Prainha, em Uberaba.	Sem resposta até 10/12/2025
100	RQN 9.350/2024	SEMAD	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie e incentive a Associação de Moradores do Bairro Cidade Jardim, em Itamarandiba, a implementar um ecoponto, a fim de que seja implementada a coleta seletiva nesse bairro.	A Semad destaca que a implementação da coleta seletiva é de responsabilidade do município. No entanto, com relação à gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), a secretaria atua em apoio aos municípios no âmbito de suas competências e atribuições, e listou as atividades que desenvolve, entre elas a realização de capacitações e a celebração de convênios com municípios e consórcios públicos para repasse de recursos financeiros a serem aplicados na gestão dos RSU. Em relação às parcerias, os consórcios públicos e os municípios interessados podem buscar a Semad para a celebração de Termo de Cooperação Técnica (TCT), visando promover articuladamente ações conjuntas para o avanço na



				<p>gestão adequada dos RSU. Também podem recorrer a outros órgãos estaduais ou federais que disponibilizam editais para fomento de ações referentes a área de resíduos sólidos ou de saneamento básico como um todo, além de parcerias com instituições de ensino.</p> <p>Além disso, destacou chamadas públicas para seleção de municípios e consórcios para recebimento de projetos de estruturação de projetos de coleta seletiva e ressaltou ser possível obter recursos adicionais através do MMA, FUNASA, CAIXA, BNDES ou outros órgãos que venham a publicar editais voltados para a área de resíduos sólidos ou saneamento básico, além da possibilidade de alocação de recursos por meio de emendas parlamentares.</p> <p>A Semad se dispôs a entrar em contato com a prefeitura de Itamarandiba – MG, para saber como está a situação da coleta seletiva, e caso o município tenha a intenção de compor o banco de projetos da Subsecretaria de Saneamento, para eventuais possibilidades de aporte de recursos que possam vir a ocorrer, solicita que envie a proposta com o projeto escrito.</p>
100	RQN 9.349/2024	COPASA	Requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que complete o sistema de esgotamento sanitário de Almenara e implante interceptores ao longo do Córrego Gonçaleiro, a fim de que sejam retirados os esgotos que são	A Copasa informou que todos os logradouros do município de Almenara contam com redes coletoras de esgoto. A exceção seria para áreas irregulares. Além disso, informa que está em negociação com a Prefeitura (via Compór, do MPMG) para ampliação do sistema de esgotamento sanitário para áreas recém regularizadas.



			lançados sem tratamento nesse curso d'água, possibilitando a melhoria das condições ambientais e a prevenção de doenças.	<p>Sobre a instalação de interceptores no córrego Gonçalves, a companhia informa que já existe interceptor no local, cuja função é receber o esgoto proveniente da rede coletora. Destaca que é preciso que o usuário se conecte à rede existente, evitando o lançamento irregular de esgoto em redes de drenagem pluvial.</p> <p>A Copasa informa, ainda, que oficializa rotineiramente a Prefeitura Municipal acerca dos imóveis que tem rede coletora à disposição, mas que ainda não fizeram a ligação para que a prefeitura notifique os moradores. Por fim, relata que existem imóveis que estão localizados abaixo do nível da rede coletora. Nesses casos, conforme o art. 30, da Resolução nº 130/2019, da Arsa/MG, a prestadora do serviço (no caso, a Copasa), deve realizar estudo e informar ao usuário a solução alternativa que deve ser implementada por ele.</p>
100	RQN 9.348/2024	SEMAD	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie e incentive os municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri na implementação da coleta seletiva, em especial as comunidades rurais desses municípios.	Em resposta, a Semad detalhou as ações diversificadas de apoio aos municípios que estão previstas no Decreto Estadual nº 48706/2023. Explicou que os consórcios públicos e os municípios podem buscar a Secretaria para a celebração de Termo de Cooperação Técnica (TCT) para promoção articulada de ações conjuntas para a gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU). Esclareceu que também é possível recorrer a outros órgãos estaduais e federais e parcerias com instituições de ensino que disponibilizam editais para fomento de ações referentes aos RSU ou de



				<p>saneamento básico. Frizou que é possível obter ainda recursos adicionais por meio do MMA, Funasa, Caixa, BNDES e por emendas parlamentares. Explicou que para a operação, manutenção e conservação das estruturas implantadas é necessário instituir cobrança pelo manejo de RSU. Destacou que está aberto Edital de chamamento público do MMA para promover a seleção de projetos para a melhoria da gestão de RSU a seres executados por consórcios municipais. Disponibilizou links para acompanhamento de chamadas públicas futuras da Semad. Por fim, solicitou que os municípios que tiverem intenção de compor banco de projetos para eventuais aportes de recursos, devem enviar proposta com o projeto escrito.</p>
100	RQN 9.345/2024	COPASA	<p>Requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que implemente melhorias e modernize as estruturas de captação, tratamento e distribuição de água potável nos municípios nos quais possui concessão, localizados nas comunidades rurais do Baixo e Médio Jequitinhonha.</p>	<p>Em resposta, a Copasa esclareceu que realiza todos os esforços para o efetivo cumprimento das obrigações dos contratos de concessões e que adota estratégias de implementação da meta de universalização dos serviços de água e esgoto estabelecidos pela Lei do Novo Marco do Saneamento. Para tanto, explicou que implantou o programa Universaliza Minas, cujas metas devem ser atendidas até 2033, para levar água de qualidade e tratamento de esgoto para localidades rurais de baixa densidade populacional. Informou que estão em andamento 15 obras na região de abrangência do Baixo e Médio Jequitinhonha, contemplando os municípios de Almenara, Joáima, Mata Verde, Novo Cruzeiro e Pedra Azul. Por fim, explicou que é possível</p>



				acompanhar a evolução do programa com dados atualizados das localidades que estão aptas para inclusão no projeto e o status de início e/ou conclusão das obras de infraestrutura necessárias para implantação dos sistemas no site www.copasa.com.br/universalizaminas/ .
100	RQN 9.347/2024	COPANOR	Requer seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para que complete o sistema de coleta e implante o tratamento dos esgotos sanitários no Município de Catuji, no Vale do Mucuri.	<p>– A Copanor informou que a implantação do sistema de esgotamento sanitário de Catuji já foi iniciada. Já foram construídas redes coletoras, interceptores e elevatórias de esgoto. No entanto, as obras não foram concluídas devido a impasses quanto à regularização das áreas de acesso à estação elevatória de esgoto e estação de tratamento, bem como das áreas de pleno domínio, necessárias para a implantação do empreendimento.</p> <p>Ressaltou que a Copanor possui a posse provisória, mas foi impedida pelos proprietários presumidos de mobilizar estrutura, equipamentos e pessoal para execução dos serviços necessários à conclusão das obras. Foi lavrado Boletim de Ocorrência e tramita processo judicial que objetiva a imissão na posse pela Copanor e a retomada das obras.</p>
100	RQN 9.346/2024	Assemae	Requer seja encaminhado à Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – Assemae – pedido de providências para que recomende a seus associados a implementação de melhorias e a modernização das estruturas de captação, tratamento e distribuição de água	Sem resposta até 10/12/2025



			potável nos municípios atendidos por Serviços Autônomos de Água e Esgoto – Saaes – localizados nas comunidades rurais do Baixo e Médio Jequitinhonha.	
102	RQN 9.659/2024	SEAPA	<p>Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja dado apoio aos estudos e pesquisas para melhoria da qualidade da água na barragem do Rio Setúbal, realizados pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM -, tendo em vista que problemas relacionados aos parâmetros físico-químicos e biológicos da água no local podem comprometer seu uso para consumo humano e atividades agrícolas, como consta em artigo publicado pela UFVJM e disponível por meio do "link"</p> <p>https://www.even3.com.br/anais/sintegra/745238-avaliacao-da-qualidade-da-agua-na-barragem-setubal-jenipapo-de-minas---mg/.</p>	<p>A Seapa reconhece as condições atuais da qualidade da água na Barragem de Setúbal e afirma que, devidamente tratada, ela atende aos padrões de potabilidade exigidos para abastecimento público. Informa, no entanto que desde dezembro de 2024 não é mais responsável pela gestão da barragem.</p> <p>Entende ainda, que a responsabilidade pela operação, manutenção e gestão da barragem é da Copasa, que já capta água para seus clientes e com quem a Seapa firmou um Termo de Cooperação Técnica (TCT) para a transferência da gestão das barragens hídricas estaduais, incluindo a Barragem de Setúbal em Jenipapo de Minas.</p> <p>Nesse sentido, a Copasa poderá implementar medidas voltadas à qualidade da água do reservatório, bem como adotar ações mitigadoras para solucionar possíveis problemas identificados.</p> <p>Portanto, sugere que demandas futuras relacionadas à barragem de Setúbal sejam direcionadas Copasa.</p>
102	RQN 9.379/2024	SEMAD IGAM	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de	<p>– Em sua resposta, o Igam lista as atividades que vem executando no âmbito da Ação 4195 – Programa Estratégico Somos Todos Água, em especial, as relacionadas à elaboração do Plano Mineiro de Segurança Hídrica, com</p>



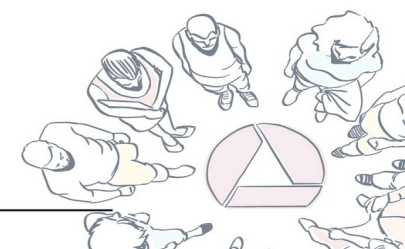
			<p>providências para que, na execução da Ação 4194 – Programas e Projetos e Pesquisas em Recursos Hídricos, do Programa 65 – Fortalecimento da Política Estadual de Recurso Hídricos, apoie e fomenta a realização de oficinas de preservação e proteção dos recursos hídricos, promovendo práticas sustentáveis e a valorização ambiental e hídrica nos quilombos do Estado, de forma a assegurar a cada um o acesso a alimentos e água limpa.</p>	<p>detalhamento dos sete produtos que compõem o referido plano. Noutro norte, o Instituto esclarece que desde 2022 todas as 36 Circunscrições Hidrográficas (CHs) do Estado contam com Planos Diretores de Recursos Hídricos e que vem apoiando fortemente a ampliação do enquadramento dos cursos d’água mineiros, na expectativa de que este esteja implementado em todas as CH do Estado até 2030. Informa que atualmente o enquadramento está vigente em 16 CHs e está em processo de elaboração/deliberação em outras 10 CHs. Por fim, pontua que seus técnicos participam das Câmaras Técnicas e Plenárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas e atuam em conjunto com as Agências de Bacia, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e a Semad para apoiar a implementação dos instrumentos de gestão de planejamento.</p> <p>– A Semad informou que recentemente foi publicado o Decreto nº 48.994 de 10 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre o Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais (PECMA) e dá outras providências, tendo como objetivo a conversão dos valores das multas em serviços de conservação, preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente e no financiamento de projetos socioambientais, de educação ambiental e de aprimoramento da regularização e da fiscalização ambiental. Destaca, ainda, que no decreto há previsão expressa de contemplar preferencialmente projetos</p>
--	--	--	---	--



				<p>ambientais que tenham como critério a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais (art. 13)</p> <p>Diante disso, destacou que em breve publicará editais com o objetivo de financiar projetos ambientais no âmbito do Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais (PECMA), visando contribuir com o Programa 65.</p>
102	RQN 9.378/2024	IGAM	<p>Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que acrescente recursos na Ação 4195 – Programa Estratégico Somos Todos Água –, a fim de que seja executado o Eixo 2 – Produção Sustentável e Uso Racional dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Pará (SF2), prevista no banco de projetos do Plano Mineiro de Segurança Hídrica – Prioridade 4, na Região 13.</p>	<p>Em sua resposta, o Igam lista as atividades que vem executando no âmbito da Ação 4195 – Programa Estratégico Somos Todos Água, em especial, as relacionadas à elaboração do Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH) e detalha os sete produtos que compõem o referido plano. Esclarece que o desenvolvimento do banco de projetos é o principal produto a ser entregue e para isso, em agosto/2024 foram realizadas 5 oficinas que contaram com a participação de diversos atores importantes para a definição de ações estratégicas nas áreas prioritárias. O Instituto informa que o banco de projetos definirá intervenções estruturantes e não estruturantes em todo o Estado e a sua entrega está dividida por unidades estratégicas de gestão, sendo estas: afluentes do Alto São Francisco, afluentes do Médio São Francisco, afluentes do Rio Grande, afluentes do Rio Doce e afluentes do Rio Paranaíba. Por fim, o Igam informa que vem executando todas atividades previstas no PMSH de forma a garantir a participação popular, inclusive das comunidades tradicionais, assim o plano já foi apresentado em reunião ordinária do Conselho Estadual de</p>



				Promoção da Igualdade Racial.
102	RQN 9.377/2024	IGAM	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para padronização dos dados geoespaciais necessários ao mapeamento das bacias hidrográficas do Estado, com vistas à facilitação de sua publicação e seu compartilhamento com outras bases, como as dos governos municipais e estaduais (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IDE-Sisema) e a do governo federal (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – Inde).	Em resposta, o Igam esclareceu que a plataforma IDE-Sisema tem como objetivo promover a adequada organização dos processos de geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados geoespaciais oriundos das atividades, programas e projetos ambientais e de recursos hídricos desenvolvidos pelo Sisema e/ou por órgãos, entidades e instituições externas. Trata-se de um modelo de gestão corporativa e compartilhada dos dados, padrões e tecnologias geoespaciais de seus órgãos componentes, implementado por um Comitê Gestor composto por setores técnicos especializados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam). Explicou que a plataforma possui mais de mil camadas de informações, sendo que o Igam realiza a gestão de 121, que utilizam como referência a Base Hidrográfica Ottocodificada (BHO), criada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que é derivada da cartografia digital da hidrografia nacional. Explicou também que o IGAm realizou um recorte da BHO para adaptá-la ao Estado e ajustes necessários para eliminar sobreposições e pequenos vazios na base. Registrou que o IDE-Sisema já está integrada à base do Governo Federal (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE) e utiliza



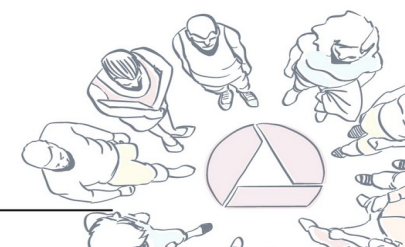
				<p>protocolos do Open Geospatial Consortium (OGC), como Web Map Service (WMS) e Web Feature Service (WFS), o que garante a interoperabilidade entre as diferentes infraestruturas de dados espaciais. Por fim, destacou que a gestão do IDE-Sisema e sua integração com outras plataformas são responsabilidades das Diretorias de Estratégias em Geotecnologias e Informação Geográfica - DGEO/Semad e que cabe ao Igam e aos demais órgãos envolvidos a criação e atualização das camadas sob suas respectivas competências.</p>
102	RQN 9.376/2024	IGAM	<p>Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que apoie os comitês de bacias hidrográficas do Estado na implementação e na revisão dos seus planos diretores, bem como na implantação do enquadramento dos cursos d'água, de forma a contribuir para o planejamento e a gestão eficiente dos recursos hídricos de Minas Gerais.</p>	<p>O Igam informa que desde 2022 as 36 Circunscrições Hidrográficas (CHs) de Minas Gerais possuem Planos Diretores de Recursos Hídricos (PDRH), em sua grande maioria elaborados ou contratados pelo Igam. Informa, ainda, que desenvolveu a primeira metodologia de acompanhamento da implementação de PDRH do país por meio do Índice de Implementação dos Planos de Ações (IPA), e que é referência no país.</p> <p>Com relação ao Enquadramento dos Corpos de Água (ECA), o Igam vem apoiando fortemente sua ampliação, e tem meta implementação em todas as CHs até 2030. Atualmente, 16 possuem ECA vigente e outras 10 estão em processo de elaboração/deliberação.</p> <p>Ressalta, também, que o IGAM participa das Câmaras Técnicas e Plenárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas e atua em conjunto com as Agências de Bacia, o Conselho</p>



				Estadual de Recursos Hídricos e a Semad para apoiar a implementação dos instrumentos de gestão de planejamento.
102	RQN 9.375/2024	IGAM	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, no âmbito da implantação do Plano de Segurança Hídrica do Estado, seja criado um banco de projetos executivos para as áreas prioritárias, contendo diretrizes, metas e ações por bacia hidrográfica; e seja dada especial atenção ao Município de Machacalis, de modo a garantir a segurança hídrica dos seus mananciais e a oferta de água em quantidade e qualidade para sua população.	Em sua resposta, o Igam lista as atividades que vem executando no âmbito do Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH) e esclarece que o banco de projetos, que é o principal produto a ser entregue, contempla a Unidade Estratégica de Gestão dos Afluentes do Rio Paranaíba (UEG05), que abrange o município de Machacalis. Informa ainda que, em maio/2025, está prevista a entrega do banco de projetos dessa região. O Instituto ressalta que todas as regiões do Estado serão contempladas com propostas de ações voltadas à segurança hídrica, mas as áreas identificadas no Produto 3 como de maior prioridade receberão um detalhamento mais aprofundado devido à urgência das intervenções necessárias. Ademais, o Igam informa que a participação da sociedade tem sido fundamental em diversas etapas do plano, incluindo consultas populares e oficinas temáticas, garantindo que as ações propostas atendam às necessidades e expectativas da população.
102	RQN 9.374/2024	SEMAD	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam empreendidas ações de educação ambiental dos agricultores familiares	Em sua resposta, a Semad informa que, nos termos das competências definidas nos artigos 37, 38 e 39 do Decreto nº48.706/2023, executa ações de Educação Ambiental para públicos diversos, por meio dos programas e projetos elencados: Programa Jovens Mineiros Sustentáveis,



			das comunidades rurais do Médio e Baixo Jequitinhonha sobre o uso racional e sustentável dos recursos hídricos, bem como sobre a importância do acesso à água de qualidade nessas localidades.	Programa AmbientAção, Programa de Capacitação Digital em Educação Ambiental e Diálogos com o Sisema. Além disso, a Semad informa que está em tratativas com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais-Emater – visando a formalização de parceria voltada à educação ambiental para produtores rurais.
102	RQN 9.373/2024	SEAPA	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que analise a viabilidade de elaboração de estudos ambientais e hidrológicos na Barragem do Rio Setúbal, uma vez que, após a construção dessa estrutura, foram observados problemas relacionados aos parâmetros físico-químicos e biológicos da água no local, incluindo altas concentrações de turbidez, de ferro e de coliformes, que comprometem o seu uso para consumo humano e atividades agrícolas.	Em resposta, a Secretaria esclareceu que reconhece as condições atuais da qualidade da água na Barragem Setúbal e reforça que, quando devidamente tratada, ela atende aos padrões de potabilidade exigidos para consumo humano e atividades econômicas. Ressaltou que geriu a barragem até dezembro de 2024 e que a continuidade de gestão depende de suplementação orçamentária. Acrescentou que o entendimento é que a responsabilidade pela operação, manutenção e gestão das barragens hídricas deve ser da Copasa, que já se utiliza da água deste reservatório e possui maior expertise na área. Frente a isso, a Secretaria firmou em dezembro de 2024, Termo de Cooperação Técnica (TCT) com a Copasa, estabelecendo a transferência da gestão das barragens hídricas estaduais. Haverá um período de transição de 12 meses, findo os quais, a Copasa será integralmente responsável pelas medidas voltadas à qualidade da água do reservatório, bem como pela adoção de ações mitigadoras para solução dos problemas relatados.
108	RQN 9.405/2024	DER	Requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais	O DER-MG informou que, consoante Lei nº 24.313, de 2023 c/c com o Decreto nº 48.665, de 2023, é competência da



			<p>– DER-MG – pedido de providências para que, na execução da Ação 4284, sejam realizadas obras de recuperação de áreas degradadas para mitigar o assoreamento de cursos d'água e nascentes nas sub-bacias dos Córregos Olhos d'Água e Gavinipã, decorrente dos impactos ambientais negativos das obras de duplicação da Rodovia BR-135, realizadas pela empresa Eco135, no Município de Bocaiuva, em especial nas proximidades da Comunidade de Catarina.</p>	<p>Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – planejar, dirigir, executar, controlar, avaliar e regular as ações setoriais a cargo do Estado relativas às concessões e a outras parcerias público-privadas. Recomenda-se, portanto, que o pedido de providências seja encaminhado à Seinfra, para que o órgão competente analise a pertinência e a viabilidade das medidas propostas, em conformidade com a legislação ambiental vigente e os termos do contrato de concessão ou parceria estabelecido com a empresa ECO135.</p>
108	RQN 9.404/2024	IEF	<p>Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, na execução da Ação 4056, apoie o Município de Barbacena na elaboração e implementação de seu Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA.</p>	<p>Em ofício datado de 25/2/2025, o IEF confirma que desenvolve projeto de apoio aos municípios na elaboração dos PNMA. O Instituto destaca, porém, que a prestação desse apoio requer solicitação oficial pelas prefeituras. Assim, recomenda que a Prefeitura de Barbacena procure o instituto para formalizar a parceria com vistas à construção do PNMA local.</p>
108	RQN 9.403/2024	IEF	<p>Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, na execução da Ação 4059, seja construída uma portaria no Parque Estadual da Serra Negra, no Município de Itamarandiba.</p>	<p>Em ofício datado de 10/3/2025, o IEF destacou a pertinência do pedido, que considera alinhado com os planos de manejo e de uso público do Parque Estadual da Serra Negra, mas lamentou não dispor de crédito orçamentário para realizar a obra solicitada. Na oportunidade, informou que outros investimentos na infraestrutura do parque estão sendo realizados por meio do Programa Copaíbas (Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e</p>



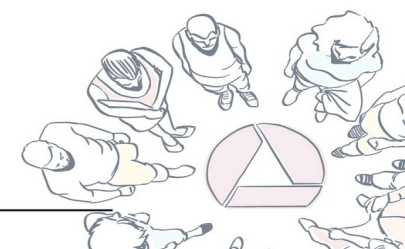
				<p>Cerrado), com recursos do Ministério das Relações Exteriores da Noruega, por meio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Trata-se da reforma da antiga sede da Fazenda da Tromba D'Água, que será convertida na sede administrativa do parque e está em fase de contratação de projetos.</p>
108	RQN 9.402/2024	IEF	<p>Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, na execução da Ação 4058, seja criado um Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres – Cetra – na região de Pouso Alegre.</p>	<p>O IEF esclareceu que atualmente, para atender as demandas relativas à apreensão de animais silvestres na região de Pouso Alegre, em ações de fiscalização, está em operação desde fevereiro de 2021 o Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres de Divinópolis (Cetras-Divinópolis), que está a cerca de 322 km de Pouso Alegre. No entanto, na busca de alternativas para atender aos municípios da área de circunscrição da URFBio Sul, foi assinado um Termo de Compromisso (foi encaminhado com a resposta) entre IEF, Ministério Público de Minas Gerais, Fundação Educacional de Lavras do Centro Universitário de Lavras e a Agência Regional de Proteção Ambiental (Arpa Rio Grande), com vistas a possibilitar a implantação de um CETRAS em Lavras. Nesse contexto, informamos que o projeto executivo já foi finalizado, tendo sido submetido na plataforma Sementes/Ministério Público de Minas Gerais. Atualmente, estamos em fase final de cotação dos fornecedores para início da obra.</p> <p>Dessa forma a estrutura, após concluída, atenderá toda a região, estando à 187 km do município de Pouso Alegre.</p>



				Ressaltamos que o recurso disponibilizado pelo MPMG para construção da estrutura prevê um primeiro módulo para recebimento de até 1.000 (mil) aves por ano.
108	RQN 9.401/2024	SEMAD	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, na execução da Ação 4064, sejam incluídos os pequenos agropecuaristas da Bacia do Rio Grande, no Município de Carmo da Cachoeira, que contribuem para gerar serviços ambientais relacionados à produção de água e à fixação de carbono no solo.	Em sua resposta, a Semad informou que em breve, mediante disponibilização de recursos, deverá publicar editais de chamamento para projetos de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA – que poderão contemplar a bacia do Rio Grande, em Carmo da Cachoeira. Espera-se que esses recursos venham das seguintes fontes: Programa Produtor de Águas de Minas Gerais (fruto de acordo técnico com a Agência Nacional de Águas e Saneamento), Fhidro e Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais e Política Estadual de Serviços Ambientais. Porém não há uma previsão oficial para quando tais editais serão publicados.
108	RQN 9.400/2024	IEF	Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para implantação, na execução da Ação 4056, de unidades demonstrativas do Programa de Regularização Ambiental – PRA – e reforço da mobilização de pequenos produtores rurais para adesão ao PRA Produzir Sustentável nas localidades que especifica, por meio dos convênios com os municípios e de parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG. – Comunidade de Catarina, no Município de	Em sua resposta, o IEF apresentou o Programa PRA Produzir Sustentável, que estaria em consonância com o objeto do requerimento. Entretanto, em vez de encaminhar a demanda internamente, solicitou que os municípios citados, por intermédio de seus gestores, bem como os representantes das comunidades mencionadas no Requerimento, entrassem em contato com o IEF para iniciar tratativas com vistas ao desenho de uma parceria/cooperação para planejamento e implementação das ações pleiteadas, por meio de sua Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas – DCRE e Gerência de Recuperação Ambiental e Planejamento da Conservação de Ecossistemas.



			<p>Bocaiuva;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Comunidade de Roça Manzo Kilumino Kiamase, no Município de Ibirité; – Comunidade de Cruzeiro do Sul, no Município de Montes Claros; – Comunidade de Campos Gerais, no Município de Luislândia; e – Município de Cachoeira de Pajeú; 	<p>Portanto, a providência não foi completamente atendida, mas apenas redirecionada.</p>
108	RQN 9.399/2024	IEF	<p>Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, na execução da Ação 4056, por meio do Programa de Fomento Florestal Ambiental, do Programa de Regularização Ambiental e dos convênios com os municípios, o cercamento de áreas de preservação permanente e reservas legais e a destinação de mudas e de insumos para atender as localidades que especifica.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Na URFBio Norte (sede: Montes Claros) <ul style="list-style-type: none"> – Comunidade de Catarina, no Município de Bocaiuva: Córregos Olhos d'Água (prioridade) e Gavinipã e 10 nascentes situadas às margens da BR-135, assoreadas devido às obras de duplicação da estrada; – municípios da região: 20 nascentes situadas próximo a áreas de agricultura familiar; – Município de Lagoa dos Patos: Lagoa da 	<p>O IEF informa que presta orientação e apoio a projetos de recuperação ambiental, principalmente em APPs e reserva legal (RL), por meio de doação de mudas e/ ou insumos. Para tanto, é necessária demanda expressa do proprietário ou possuidor rural interessado, por meio de preenchimento no link https://www.ief.mg.gov.br/web/ief/fomento-florestal. Considerada a demanda focada em cada Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade (URFBio), o Instituto relata resumidamente a situação individual e pede que por meio de solicitação dos proprietários em cada URFBio sejam demandados os recursos para que em visitas técnicas a cada área possam ser tomadas providências operacionais. Adicionalmente, o IEF encaminhou estudo técnico de áreas a restaurar no município de Barbacena, região palco do "Plano Conservador das Gerais, que é uma construção coletiva que se busca integrar responsabilidades ambientais, como conservação do solo, atividades econômicas, regularização e restauração ambiental, com outros instrumentos que visam</p>



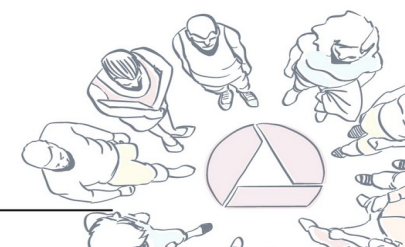
			<p>Barragem e suas nascentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Comunidade de Cruzeiro do Sul, no Município de Montes Claros: nascentes da sub-bacia onde se localiza a comunidade, composta por cerca de 92 famílias. – Na URBio Nordeste (sede: Teófilo Otoni) <ul style="list-style-type: none"> – Município de Cachoeira de Pajeú: 30 nascentes. – Na URBio Alto Médio São Francisco (sede: Januária) <ul style="list-style-type: none"> – Município de Brasília de Minas: 90 nascentes e córregos; – Comunidade de Campos Gerais, no Município de Luislândia: uma nascente, que abastece as famílias dos produtores da Associação de Produtores Ruais de Campos Gerais; – Município de São João da Ponte: Rio Salobro e suas nascentes. – Na URBio Sul (sede: Varginha) <ul style="list-style-type: none"> – Municípios de Boa Esperança, Alfenas, Camanducaia, Carmo da Cachoeira, Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí: 60 nascentes. – Na URBio Metropolitana (sede: Belo Horizonte) <ul style="list-style-type: none"> – Comunidade de Roça Manzo Kilumino Kiamase, no Município de Ibirité: dois hectares em Áreas de Preservação Permanente, de 	<p>beneficiar o Produtor Rural, por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)."</p> <p>(https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/plano-conservador-das-gerais-promovera-restauracao-da-paisagem-florestal-em-minas)</p>
--	--	--	--	--



			nascentes e cursos d'água. – Na URFBio Centro-Sul (sede: Barbacena) – Município de Barbacena: áreas degradadas do Bioma da Mata Atlântica.	
134	RQN 9.502/2024	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, na execução da Ação 4047 – Promoção das Políticas Públicas de Proteção à Fauna Doméstica, do Programa 27 – Gestão Ambiental, contemple a aquisição de veículo adaptado para resgate de animais, além de custeio de ração e medicamentos para os animais da Associação Mantenedora dos Animais do Município de Guaranésia; a aquisição de veículo adaptado para resgate de animais para a Associação de Proteção aos Animais de Tiros – Aspat –, do Município de Tiros; e a formalização de instrumento de transferência de valor para o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba – Cispar –, no Município de Patos de Minas, para atendimento de ações relacionadas à fauna doméstica.	Em sua análise, a Semad informou que vem desenvolvendo diversos projetos e programas para a promoção da saúde e do bem-estar animal e frisou que a participação dos Municípios, Consórcios Públicos e Organizações da Sociedade Civil, nos Programas e ações da secretaria podem ocorrer por meio da indicação de emenda parlamentar ou por edital de chamamento público publicado pela SEMAD. Foram mencionados o Programa Estadual de Microchipagem "Conheça Seu Amigo", o Programa Estadual de Esterilização de Animais Domésticos, o Programa Jovens Mineiros Sustentáveis, o Sistema de Identificação de Animais Domésticos, o Programa Estadual de Resgate Animal e o Programa Estadual de Saúde Básica Animal. Informou, ainda, que já possui convênio com o consórcio Cispar e que foi realizada aquisição de castramóvel trailer com verba de emenda parlamentar estadual destinada ao consórcio em 2024. As demais associações referidas no requerimento não foram mencionadas na resposta.
134	RQN 9.503/2024	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento	A Semad executa o Programa Estadual de Educação Ambiental Jovens Mineiros Sustentáveis, em parceria com



			Sustentável – Semad – pedido de providências para que, na execução da Ação 4045 – Gestão e Planejamento Ambiental, do Programa 27 – Gestão Ambiental, seja implantado o Programa Jovens Mineiros Sustentáveis no Município de Quartel Geral, para atender os 29 municípios do Alto São Francisco.	prefeituras municipais e órgãos parceiros em todos as regiões do Estado de Minas Gerais. O Programa é de adesão voluntária dos municípios e consórcios de municípios e pode receber novas parcerias com os interessados em executar as ações de educação ambiental propostas no escopo de atividades do projeto, mediante manifestação de interesse da parte e assinatura de termo de adesão junto à Semad, bastando acessar o Formulário de Inscrição disponibilizado anualmente e divulgado no site da SEMAD. Em 2025, as inscrições ocorreram até o dia 20 de fevereiro.
85	RQN 9.251/2024	SEGOV	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que, na execução da Ação 2045 – Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – Padem –, do Programa 119 – Apoio ao Desenvolvimento Municipal e à Coordenação das Transferências de Recursos Financeiros –, destine recursos para as seguintes finalidades: I) (...); II) (...); III) (...); IV) apoio à criação do Projeto Descarte Legal, no Município de Alfenas, com o objetivo de melhorar a destinação final das embalagens de agrotóxicos; V) (...);	A Segov informou que a execução do Padem (Lei nº 25.123, de 2024) se presta a fomentar o desenvolvimento socioeconômico nos municípios por meio de repasses financeiros, os quais são operacionalizados, principalmente, por meio de convênios e termos de fomento. Dessa forma, não há execução direta dos valores consignados na ação orçamentária. Diante disso, a Segov afirma que reconhece a relevância e o interesse público das demandas apresentadas, mas afirma que a aquisição de bens e a doação de recursos não se alinham com a finalidade do programa. A secretaria destaca, ainda, que a parceria entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSCs) demanda, como regra geral, a realização de chamamento público, mas que a utilização de recursos oriundos de emendas parlamentares é exceção prevista na



			<p>VI) apoio à criação do Parque Ecológico Morro do Cruzeiro, no Município de Almenara;</p> <p>VII) distribuição de mudas para a Associação dos Moradores do Bairro Cidade Jardim, no Município de Itamarandiba para implantação de um projeto de arborização urbana do Bairro Cidade Jardim;</p> <p>VIII) (...);</p> <p>IX) (...);</p> <p>X) (...);</p> <p>XI) (...);</p> <p>XII) (...);</p> <p>XIII) apoio à construção de uma sede de canil no Município de Conceição da Aparecida;</p> <p>XIV) apoio à elaboração do plano de manejo do Parque Municipal Guilherme Campos, no Município de Quartel Geral;</p> <p>XV) (...);</p> <p>XVI) (...);</p> <p>XVII) (...);</p>	<p>lei e, assim, dispensa o instrumento do chamamento público, o que poderia ser aplicado para as demandas apresentadas no requerimento. Além disso, afirma que o Padem não se presta à realização de reformas ou obras para OSCs. Por fim, a Segov recomenda, visando à otimização da alocação de recursos, a implementação das ações previstas no requerimento, que seja considerada a correspondência entre os objetivos das OSCs e a finalidade da ação orçamentária.</p>
85	RQN 9.252/2024	SEMAD	<p>Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie o Município de Alfenas na criação de programa de descarte de embalagens de agrotóxicos.</p>	<p>A Semad informa sobre as regras básicas da logística reversa a que estão submetidas as embalagens de agrotóxico e sugere que a Prefeitura de Alfenas entre em contato com o INPEV, entidade gestora oficial do Sistema de Logística reversa de Embalagens de Agrotóxicos, visando o estabelecimento de parceria para viabilizar a destinação</p>



				adequada desses resíduos. Informa ainda que sua equipe da Superintendência de Resíduos entrará em contato com a Prefeitura de Alfenas para auxiliar o município no diálogo com o Instituto INPEV.
85	RQN 9.253/2024	Prefeitura Municipal De Itamarandiba	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Itamarandiba pedido de providências para que apoie a distribuição de mudas para a Associação dos Moradores do Bairro Cidade Jardim, no Município de Itamarandiba, para implantação de um projeto de arborização urbana nesse bairro.	Sem resposta até 10/12/2025

